

# WALTER BENJAMIN E O *DESCONTINUUM* DA HISTÓRIA

Carlos Vinícius Mendonça

*Universidade Federal do Espírito Santo*

Gabriela Santos Alves

*Universidade Federal do Espírito Santo*

**Resumo:** O texto “Sobre o conceito da história”, incluso nas *Obras Escolhidas I*, de Walter Benjamin (1892-1940), traz consigo uma definição de História contrária àquela imposta pelo pensamento tradicional, traduzida por Benjamin como historicismo. A visão sugerida por ele é aquela em que a História não pode ser interpretada como um encadeamento inexorável de acontecimentos que se sucedem mecanicamente seguindo uma ordem predeterminada, e sim uma História que procura construir uma experiência com o passado.

**Palavras-chave:** Filosofia da história (Walter Benjamin); Walter Benjamin (“Sobre o conceito da história”); *Descontinuum* da história (análise filosófica).

O historiador não ajuda ninguém construindo uma refinada continuidade entre o mundo presente e o que procedeu. Ao contrário, necessitamos de uma história que nos eduque a enfrentar descontinuidades mais do que antes; pois a descontinuidade, o dilaceramento e o caos são o nosso dote.

Hayden White

As teses “Sobre o conceito da história”, último escrito de Walter Benjamin, filósofo de estética pertencente à primeira geração da Escola de Frankfurt, foram editadas após sua morte, em 1940. Conforme depoimento de seu amigo G. Scholem, Benjamin escreveu as teses sob o impacto do acordo de 1939 entre Stalin e Hitler.<sup>1</sup>

Dividido em 17 teses, o texto de poucas páginas pode parecer de fácil e rápida leitura, generalização que se desarma com o decorrer da narrativa. Justamente pela complexidade em relação à sua interpretação – comum a vários outros escritos do autor – não pretendemos aqui criar chaves capazes de abrir a porta da compreensão das idéias benjaminianas sobre a história, e sim estabelecer uma sucinta discussão sobre a concepção do autor.

A reflexão de Walter Benjamin sobre a história se conduz no duplo sentido do termo: como conjunto dos eventos do passado e como sua própria escritura. Mantendo distância em relação ao sociologismo de alguns autores marxistas, Benjamin coloca em xeque a teoria social-democrata do progresso histórico, criticando a filosofia da história mais influente em sua época: o historicismo.

Percebe-se, a princípio, que o cerne da visão benjaminiana da história baseia-se numa clara oposição ao historicismo. Nesse sentido, é plausível questionar no que se baseia essa teoria e quais seriam suas características principais.

Em seu livro intitulado *Ideologias e ciência social*, Michael Löwy afirma que:

É importante ver o historicismo, ele mesmo, no seu desenvolvimento histórico. Quando ele aparece, sobretudo na Alemanha, no fim do século XVIII e começo do século XIX, tem um caráter fundamentalmente conservador, ou mesmo retrógrado, reacionário. Visava legitimar as instituições econômicas, sociais e políticas existentes na Alemanha e na Prússia, na sociedade tradicional, enquanto produtos legítimos do processo histórico, como resultado de séculos e séculos de história, resultados de um processo orgânico de desenvolvimento. E toda a tentativa de abolir, de destruir essas instituições veneráveis, seculares, históricas, seria arbitrária, anti-histórica, artificial que, portanto, só poderia conduzir à catástrofe. (LÖWY, 1988, p. 70)

A escola historicista, nascida da oposição à visão hegeliana do desenvolvimento progressivo da história em direção a um objetivo último, reivindicava a singularidade de cada momento da história humana, independentemente do seu lugar em um processo global, cujo fim não se pode prever. Cada momento da história forma uma unidade em si, dotada do mesmo valor que as outras, e que só pode ser compreendida e descrita se o “historiador deixar de lado qualquer opinião preconcebida sobre o curso global da história, para mergulhar sem preconceitos no estudo dos fatos, e tentar reviver cada época de acordo com seus próprios critérios.” (GAGNEBIN, 1982). Esse modelo de pesquisa encontrou em Droysen e Ranke seus principais expoentes.

O ideal de pesquisa, para o historicismo tradicional, é escrever uma história universal; o tempo histórico é semelhante a um espaço vazio, uma linha infinita que os acontecimentos vêm preencher; é homogêneo e linear, comum a uma série de pontos perfeitamente semelhantes. Assim, cada acontecimento do passado espera pacientemente ser conhecido; sua descoberta é só uma questão de perseverança e de habilidade: a verdade do passado não pode escapar.

Ao criticar a visão de história contínua, linear e encadeada casualmente, Walter Benjamin sugere uma interpretação histórica que possui claros traços marxistas. Ao entrar em contato com as idéias de Marx, por volta da década de 1920, ele não só se sentiu confortado e fortalecido em sua maneira de encarar a história, como também refinou, aprimorou e ampliou seus instrumentos conceituais.

Numa época em que a influência de uma leitura evolucionista da concepção da história marxista era uma constante, Benjamin viu em Marx não um pensador que afirmasse tal concepção mas um teórico da ruptura revolucionária, o desmistificador das camuflagens da ideologia.

A partir daí, Benjamin iniciou um novo período em sua reflexão crítica radical a respeito da história. Em vez de se instalar na aparelhagem conceitual de Marx, assimilou a perspectiva do pensador revolucionário do século XIX como um impulso para seguir adiante, elaborando novos conceitos.

Atento ao que se passava a sua volta, Benjamin se preocupava com o

(...) fortalecimento do nazi-facismo, com a pusilanimidade do liberalismo burguês e também com o oportunismo dos social-democratas e dos stalinistas (que, por caminhos distintos, faziam o mesmo discurso demagógico sobre o *progresso* e o *desenvolvimento*). (KONDER, 1998, p. 65)

Nesse sentido, ao propor uma nova concepção de história, Benjamin sugere uma constante oposição ao progresso, ao tempo homogêneo e ao encadeamento causal – elementos que estão na base da historiografia historicista.

A oposição à idéia de progresso se delimita a partir do ideal social-democrata, defensor de “um progresso da humanidade em si e não das suas capacidades e conhecimentos.” (BENJAMIN, 1987). Isso significa proclamar um progresso no sentido de superação, ou seja, a idéia de que uma geração é sempre superior em relação àquela que a antecedeu, apenas pelo simples fator cronológico e não partindo de princípios como desenvolvimento social ou intelectual, por exemplo.

Em relação ao encadeamento causal, Benjamin afirma que o historicismo percebe os fatos históricos como resultantes de uma determinada ação, unidos numa espécie de corrente onde

(...) o historiador burguês não questiona nem sua posição, nem a maneira pela qual a história nos foi contada e transmitida, e ainda menos, a maneira pela qual ela se realizou. A história não é – como seu nome no entanto parece indicar! – uma história possível entre outras, mas o relato incontestável e edificante das múltiplas manifestações da vida humana. A pesquisa histórica se curva às leis profundas da acumulação capitalista: seu objeto torna-se uma propriedade (cultural), a fonte de um enriquecimento (espiritual) do indivíduo. (GAGNEBIN, 1982, p. 64-65)

Sobre o tempo homogêneo, Walter Benjamin afirma, na 13ª tese de seu texto, que “a idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da idéia do progresso tem como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha.” (BENJAMIN, 1987)

Desse modo, a tarefa do historiador materialista, aquele que Benjamin considera como capaz de identificar no passado os germes de uma outra história, é a de levar em consideração os sentimentos acumulados e de dar uma nova face às esperanças frustradas, fundando, assim, um novo conceito de tempo, o *tempo de agora*.

Assim, em lugar de apontar para “uma imagem eterna do passado, como o historicismo, ou, dentro de uma teoria do progresso, para a de futuros que cantam, o historiador deve constituir uma “experiência”<sup>2</sup> (“Erfahrung”) com o passado.” (GAGNEBIN, 1987).

A função do historiador materialista será, em vez de se esforçar totalmente para reconstruir o passado tal como ele pretensamente teria sido, assumir que necessita exercitar seu poder de rememoração a partir do presente. O conhecimento histórico se baseia num tempo reconhecido como incompleto e inacabado, que nos põe diante de uma constelação de perigos: com base no *tempo de agora*, pode-se captar os sinais que nos foram enviados por aqueles lutadores do passado que nos precederam na rebeldia e nos riscos.

Dessa forma, o historiador materialista será capaz de saber ler e escrever uma outra história, uma espécie de anti-história, uma história a “contrapelo”, como o próprio Benjamin afirma, ou ainda a história da barbárie, sobre a qual se impõe a da cultura triunfante:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. (BENJAMIN, 1987, p. 225)

Escrever a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros da história oficial. É por esse motivo que a filoso-

fia da história de Benjamin inclui uma teoria da memória e da experiência – “Erfahrung” – em oposição à experiência vivida individualmente – “Erlebnis”. O historiador materialista não pretende dar uma descrição do passado como ele de fato foi e sim fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado, inscrevendo no presente seu apelo para um futuro diferente. Para isso, é necessária a obtenção de uma experiência histórica capaz de estabelecer uma ligação entre esse passado submerso e o presente; é esse conceito de experiência, ligado a concepção de história, que Benjamin traduz por “Erfahrung”.

A coincidência do passado com o presente não deve, para ele, liberar o indivíduo do jugo do tempo, mas operar uma espécie de condensação que permita ao presente reencontrar, reativar um aspecto perdido do passado, e retomar, por assim dizer, o fio de uma história inacabada, para tecer-lhe a continuação.

Fundamentado na famosa citação do 18 Brumário de Marx, em que “a história acontece a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”, Benjamin retoma a idéia de repetição histórica mas, ao contrário de Marx, percebe aí

(...) a tentativa de rememoração de uma experiência do passado, que de outra forma estaria arriscada a perder-se – uma espécie de citação histórica transcrita no presente, na luta contra o esquecimento e a rotina. (BENJAMIN, 1987, p.204)

Contudo, mesmo que o historiador materialista se esforce no sentido de não permitir que essa memória lhe escape e de zelar por sua conservação, contribuindo na reapropriação desse fragmento de história esquecido pela historiografia dominante, nada garante o sucesso de seu trabalho, já que existe a possibilidade do presente não ser capaz de reencontrar a parcela do passado, que permanecerá imersa no esquecimento; ou seja, o passado pode ser salvo, mas também pode ser novamente perdido.

Em “O narrador”, Benjamin cita Heródoto, o “pai da História”, afirmando que:

Heródoto não explica nada. Seu relato é dos mais secos. Por isso essa história do antigo Egito ainda é capaz, depois de milênios, de suscitar espanto e reflexão. Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas. (BENJAMIN, 1987, p. 204)

A complexidade da forma de narrar a história presente em Heródoto nos mostra que “ele sabe contar sem dar explicações definidas, que ele

deixa que a história admita diversas interpretações diferentes, que, portanto, ela permanece aberta, disponível para uma continuação de vida que dada leitura futura renova.” (GAGNEBIN, 1987)

O que Benjamin percebe de rico em Heródoto é justamente essa ausência de um esquema global de interpretação e de explicação, tão criticada pelos historiadores tradicionais. Benjamin ainda sugere, para os historiadores materialistas, uma constante sobriedade na explicação, ou seja, atenção aos elementos decretados fadados ao esquecimento e negligenciáveis.

Uma nova construção do conceito de história tornar-se-á possível através da confluência dos restos, ruínas e cacos tornados esquecidos pelo pensamento tradicional. Na nona de suas teses – que consideramos a mais bela de seus escritos – Benjamin exemplifica de forma única esse pensamento:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987, p. 226)

A alegoria proposta por Benjamin sugere duas interpretações. A primeira consiste em afirmar que a história também é algo que poderia ter sido completamente diferente; o que era possível e não se realizou, não por fraqueza ou incapacidade mas porque a dominação se impôs. As ruínas da história continuam a crescer e o historiador não pode, entretanto, como o anjo de Klee, deter-se para contemplar o espetáculo, mesmo que quisesse se demorar um pouco. Essa contemplação faria certamente justiça à tradição dos oprimidos sugerida por Benjamin, e criaria uma outra memória que não a dos livros de história.

O segundo aspecto dessa alegoria está justamente ligada à questão do tempo: o anjo da história é empurrado à frente pelo vento do paraíso; deve continuar a avançar apesar de sua tristeza, necessidade que Benjamin denomina progresso, numa oposição irônica à doutrina social-democrata.

Não devendo contentar-se apenas em colecionar os fatos do passado, o historiador materialista necessita também ser fiel à história pre-

sente, porque é apenas através dela que o passado poderá talvez, algum dia, alcançar sua libertação.

Além da menção ao anjo de Klee, outra reflexão de Benjamin chama a atenção, ao metaforizar a questão do tempo histórico: “um salto de tigre em direção ao passado (...) sob o livre céu da história.” (BENJAMIN, 1987). Todavia não é somente o tigre que salta em direção à sua presa; ele também é observado por ela. Em seu salto, tigre e presa formam um só movimento – estamos distantes, portanto, da causalidade que instituiu o acontecimento histórico (quem causou o quê?). O tigre não tem apenas um ângulo de visão sobre o passado, seus olhos são os mesmos dos do anjo da história e percebem as mesmas catástrofes e ruínas que ele.

O lugar de onde salta é o presente – que é sempre um agora no qual se infiltram estilhaços do messiânico. O tigre com olhos de anjo, que explode o continuum da história, junta cacos e recolhe estilhaços. De modo algum, uma coisa após a outra. Explode quando junta, faz saltar pelos ares quando recolhe. O tigre com olhos de gato faz o parto da pequena histórica. Quando o tigre salta, isto que se desprende da cadeia é o acontecimento. (LISSOVSKY, 1998, p. 93)

Ao sugerir, através da tela de Klee, que o historiador materialista deve também ser fiel à história presente, porque é através dela que o passado poderá alcançar libertação, Benjamin, assim como em outras passagens de suas teses, aponta para uma clara relação entre temas míticos e messiânicos e sua filosofia da história. Isso não significa dizer, contudo, que há uma tentativa de transpor uma doutrina religiosa da salvação para termos marxistas, até porque a idéia de revolução e libertação dessa não funciona como secularização de uma idéia religiosa.

Na primeira das teses sobre o conceito da história, Benjamin, metaforicamente, tenta explicitar a relação entre o que chama teologia e materialismo histórico. Descreve a autômato de uma boneca sentada diante de um tabuleiro de xadrez, vencedora de todas as partidas contra um adversário qualquer. Sob a mesa com as peças, que parece transparente graças a um jogo de espelhos, oculta-se um anãozinho corcunda, mestre em xadrez, que, através de fios, guia a mão da boneca. Benjamin compara-a ao materialismo histórico, que deveria ganhar sempre, mas que só o consegue ao colocar a seu favor o anãozinho chamado teologia, classificada pelo autor como sendo, naquele momento, pequena e feia, sem ousadia para mostrar-se.

O elo entre marxismo e teologia mostrou-se como um dos pontos essenciais da interpretação benjaminiana sobre a história. Nesse ponto, comungo da afirmação de Jeanne-Marie Gagnebin, que afirma:

A teoria (e a prática) marxista apenas pode chegar à vitória quando consegue incorporar certos elementos da experiência e da reflexão teológicas. Esses elementos devem servir de antídoto a um positivismo e a um conformismo presentes na historiografia burguesa mas também latentes na teoria pretensamente científica do progresso defendida pela social-democracia. O que a teologia, e especialmente a mística judaica, nos ensinam – independentemente do fato de cremos ou não no conteúdo da fé judaica – é que também o passado quer ser resgatado, que ele aspira à sua reparação, que sua história não está terminada, e que nos impõe, hoje, continuá-la. A experiência da leitura dos textos sagrados, que nenhuma interpretação chegará jamais a esgotar, une-se à experiência transmitida pelo narrador antigo: a de que a história é aberta e inacabada, e não pode ser definitivamente interpretada, nem pela teoria “materialista” ou “científica” do progresso, nem pela visão triunfalista dos vencedores, mas pode e deve ser contada de outra forma, incumbindo a nós dar-lhe um outro sentido. (GAGNEBIN, 1982, p. 82)

Com efeito, as reflexões de Walter Benjamin sobre a história sugerem e antecipam não a crise propalada dos paradigmas de interpretação da realidade mas uma ruptura com a história tradicional, etapista, laudatória e mecanicista, apontando para uma reconstrução histórica do homem na sua plenitude, sem divorciar o pensar, o sentir e o agir.

## Notas

<sup>1</sup> Tal acordo determinava, resumidamente, a não agressão entre Alemanha e URSS; além de mútuo respeito em relação à expansão bélica e militar. O cenário mundial desse período – final da década de 1930 e início da de 40 – é marcado, basicamente, pela 2ª guerra mundial, pelo nazismo e pelo anti-semitismo do qual Benjamin, judeu, certamente vivenciou e sofreu. Foi justamente fugindo da perseguição nazista que Benjamin suicidou-se, na fronteira com a Espanha, em 1940.

<sup>2</sup> Vale ressaltar que ‘experiência’ é um conceito central da filosofia benjaminiana, atravessando sua obra como um todo: vai desde um texto de sua juventude, intitulado “Erfahrung”, passando, mais tarde, por um ensaio sobre o conceito de experiência em Kant; nos anos 30 em diversos momentos, como em “Experiência e pobreza”, “O Narrador” e “Alguns temas sobre Baudelaire”, até as teses sobre a história, já na década de 40.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*. Trad. de Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KONDER, Leandro. A concepção da história de Walter Benjamin. *O Percevejo*, Rio de Janeiro, n. 06, p. 63-71, 1998.
- LISSOVSKY, Maurício. Signo: tigre. Ascendente: lontra. História, fotografia e adivinhação em Walter Benjamin. *O Percevejo*, Rio de Janeiro, n. 06, p. 91-96, 1998.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

